



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

À
RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA.
E-mail: licitacoes@gruporva.com.br; rva.licita@gmail.com; clemoncamposadv@gmail.com
LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
E-mail: Ladarte1@gmail.com; ladarte1@ladart.com.br

Ref.: Pregão Eletrônico 005/2023 - DECOMP/DA.

Objeto: Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos. Valor Estimado da Contratação: 24.643.300,79, divididos em 28 Lotes.

De que trata o processo nº 00112-00021175/2022-34.

Prezados(as) Senhores(as)

Em atenção ao Recurso Administrativo interposto pela empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA, datado de 30/10/2023 referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, encaminhamos para conhecimento as documentações abaixo relacionadas, oficiando a decisão pelo **IMPROVIMENTO** ao referido recurso para, ante o exposto, manter o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica e pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos

do Relatório nº 137/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC e Parecer SEI-GDF n.º 616/2023 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, acolhendo a decisão que declarou a Recorrida LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA vencedora do certame, relativamente aos Lotes 12, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26 e 27 do Pregão Eletrônico nº 005/2023 - DECOMP/DA.

a) Despacho — NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR - (126767192, 127215121 e 127416361);

b) Relatório SEI-GDF n.º 137/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC - (126967393);

c) Parecer SEI-GDF n.º 616/2023 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS - (128020904) e

d) Despacho do Senhor Diretor Presidente da Companhia - (128475609), acolhendo o Relatório do Pregoeiro e o Parecer da Diretoria Jurídica.

As documentações que fundamentaram a tomada de decisão encontram-se à disposição de todos os interessados nos endereços eletrônicos www.novacap.df.gov.br – link: licitações e no www.licitacoes-e.com.br.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Aline Alves de Oliveira

Chefe do DECOMP/DA

respondendo



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 06/12/2023, às 09:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **128561140** código CRC= **70824210**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Despacho— NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR

Brasília, 10 de novembro de 2023.

Ao DEDIF;

Assunto: Análise de Recurso Administrativo

1. Trata o presente acerca do Pregão Eletrônico nº 005/2023 – DECOMP/DA, Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
2. Em atenção ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126348976), o qual solicita uma análise e parecer, desta especializada, quanto ao Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA - (Doc. SEI/GDF nº 125890633), relativamente aos Lotes 12, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26 e 27 do Pregão Eletrônico nº 005/2023 - DECOMP/DA e também em relação às contrarrazões da empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (Doc. SEI/GDF nº 126347436).
3. Deste modo, venho por meio deste parecer expressar nossa análise a respeito da situação envolvendo a empresa LA DART e a RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA, onde a empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA solicitou a inabilitação da LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, conforme Recurso Administrativo (Doc. SEI/GDF nº 125890633).
4. Considerando os princípios e entendimentos consolidados nos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e jurisprudência, a busca incessante pela eficiência na administração pública não deve ser prejudicada por excessos de formalismo nos procedimentos licitatórios. Em diversos acórdãos, o Tribunal tem destacado a importância de uma análise equilibrada e proporcional, levando em consideração o atendimento aos princípios da competitividade, isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa.
5. No caso específico da empresa LA DART, é necessário ponderar que a não apresentação das marcas dos produtos na proposta não deve ser avaliada isoladamente como motivo para sua inabilitação, especialmente se a qualidade e especificações dos produtos estão devidamente detalhadas. É crucial considerar o princípio da economicidade e evitar a imposição de formalidades excessivas que possam restringir a participação de empresas idôneas no certame.
6. Cabe ressaltar que o TCU, em diversos acórdãos, tem orientado para a adoção de uma abordagem flexível, em que se privilegie a análise do conteúdo efetivo das propostas, em detrimento de formalidades excessivas que não agreguem valor ao processo licitatório.
7. Sugiro, portanto, que sejam realizadas diligências em benefício da empresa LA DART, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a orientação do TCU para evitar o excesso de formalismo nas licitações. Esta abordagem, alinhada com a jurisprudência do Tribunal, contribuirá para a efetividade do processo licitatório, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.
8. Concluo, ressaltando que a análise supramencionada é oferecida enquanto sugestão, sujeita

a revisão e consideração pelas instâncias competentes.

Atenciosamente,

Eng.º Pedro Paulo C. Isaac

Chefe da DICOR/DE - Respondendo

Instrução de Serviço nº 28/2020 -DE (38141009)



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO CARNEIRO ISAAC - Matr.0973394-9, Chefe da Divisão de Conservação e Reparos**, em 10/11/2023, às 15:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **126767192** código CRC= **809B0415**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2417
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00021175/2022-34

Doc. SEI/GDF 126767192

Despacho— NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília, 17 de novembro de 2023.

À Divisão de Conservação e Reparos (DICOR),

Assunto: Análise Proposta de Preços (126347436).

1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 005/2023 – DECOMP/DA cujo objeto é registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
2. Foi solicitado no Despacho NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR (126767192) a realização de Diligências em benefício da empresa LA DART. Cabe ressaltar que a mesma no momento da apresentação da contrarrazão apresentou novas propostas de preços para os lotes (12, 18 a 20, 22, 23, 25 a 27) com as devidas marcas.
3. Posto isso, restituímos os autos para análise na proposta de preços (126347436) após inserção das devidas marcas.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 17/11/2023, às 14:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **127215121** código CRC= **938FCCF9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Despacho— NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR

Brasília, 21 de novembro de 2023.

Ao Departamento de Compras (Decomp) - (NOVACAP/PRES/DA/DECOMP)

Assunto: Análise de propostas de preços - Pregão Eletrônico nº 005/2023 - DECOMP/DA

1. Em atenção ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (SEI nº 124417332), o qual solicita análise quanto a forma e conteúdo de suas propostas de preços e dos atestados técnicos, conforme o disposto no Edital e no Termo de Referência, concernente ao **Pregão Eletrônico nº 005/2023 – DECOMP/DA**, na modalidade de Registro de Preços, cujo objeto é a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos, fazemos os apontamentos abaixo:
2. Após a análise das novas propostas de preços (126347436) após a apresentação das marcas da empresa **La Dart Indústria e Comércio Ltda - (Lotes 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26 e 27 - páginas 01 a 47) - (124407744)**, constatamos que as mesmas encontram-se em condições de serem julgadas vencedoras do certame, pois a empresa apresentou propostas com qualidade e preços satisfatórios, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.
3. Concluímos, em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no presente Termo, que as propostas apresentadas são satisfatórias para dar continuidade ao processo em questão.

Atenciosamente,

Eng.ª Lorryne Rodrigues de Souza

Chefe Substituta da DICOR/DE - Respondendo



Documento assinado eletronicamente por **LORRAYNE RODRIGUES DE SOUZA - Matr.0973453-8, Assessor(a)**, em 21/11/2023, às 15:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **127416361** código CRC= **CD1D4EA6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2417
Site - www.novacap.df.gov.br

00112-00021175/2022-34

Doc. SEI/GDF 127416361

Ao Chefe do Departamento de Compras (DECOMP),

Assunto: Resposta ao Recurso nº 125890633 - (Lotes 12, 18 a 20, 22, 23, 25 a 27).

Ref.: Pregão Eletrônico nº 005/2023

Objeto: Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa RVA Brasília Construções LTDA - (125890633), contra a classificação/habilitação da empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, referente aos lotes 12, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26 e 27.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

2.1. A empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA foi declarada vencedora do certame no dia 25/10/2023, conforme histórico da licitação (126347985); e a empresa recorrente protocolou o Recurso Administrativo em 30/10/2023.

2.2. Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade** e o **cabimento** do presente recurso, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

2.3. Destarte, as razões recursais são TEMPESTIVAS.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

3.1. A Recorrente, em suas Razões de Recurso (125890633), alegou, em suma que:

III. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer:

a. Requer os efeitos suspensivos ao certame, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/21, em homenagem ao princípio da **SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO**;

b. Requer a Vossa Senhoria que reforme a decisão de habilitação da empresa **LA DART IND E COM EIRELI - EPP** nos **Lotes 12, 17 a 20, 22, 23 e 25 a 27 que se sagrou na primeira colocação**, eis que não atendido os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, notadamente a validade de sua proposta;

c. O conhecimento do presente recurso para que, em seu mérito, seja julgado procedente para desclassificar e inhabilitar a Recorrida **LA DART IND E COM EIRELI - EPP** nos **Lotes 12, 17 a 20, 22, 23 e 25 a 27** que alcançou a primeira colocação, consoante à fundamentação supra;

d. Provimento do presente recurso para que sejam anuladas as decisões de habilitação da Recorrida, declarando-a inhabilitada para prosseguir no pleito, tendo em vista que a empresa **LA DART IND E COM EIRELI - EPP** não atendeu as exigências editalícias e apresentou proposta flagrantemente nula e

imprestável, com evidente desrespeito importante à segurança jurídica e a vinculação ao edital;

e. Caso o Julgador não reforme a decisão prolatada, a Recorrente informa, desde já, que providenciará representação junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para, novamente, analisar a eventualidade de irregularidades, nos termos do artigo 169, § 4º, da Nova Lei de Licitações;

f. Além disso, requer seja prolatada decisão fundamentada e com a chancela do Ordenador de Despesas para que a Recorrente impetre o mandado de segurança de forma que o certame seja interrompido e as irregularidades sanadas, bem como promova representação com pedido cautelar junto ao Tribunal de Contas da União.

Nestes termos,

Pede deferimento.

4. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

4.1. A Recorrida, em Contrarrazões (126347436), refutou todas as alegações da recorrente e ao final requereu o indeferimento do Recurso bem como a manutenção da decisão que a declarou vencedora.

4.2. É o breve relatório.

5. DA ANÁLISE DO RECURSO

5.1. Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, os autos foram remetidos à Diretoria de Edificações mediante Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126348976) para análise e manifestação, que respondeu a demanda através do Despacho NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR (126767192) abaixo transcrito:

1. Trata o presente acerca do Pregão Eletrônico nº 005/2023 – DECOMP/DA, Registro de preços

visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

2. Em atenção ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126348976), o qual solicita uma análise e parecer, desta especializada, quanto ao Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA - (Doc. SEI/GDF nº 125890633), relativamente aos Lotes 12, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26 e 27 do Pregão Eletrônico nº 005/2023 - DECOMP/DA e também em relação às contrarrazões da empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (Doc. SEI/GDF nº 126347436).

3. Deste modo, venho por meio deste parecer expressar nossa análise a respeito da situação envolvendo a empresa LA DART e a RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA, onde a empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA solicitou a inabilitação da LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, conforme Recurso Administrativo (Doc. SEI/GDF nº 125890633).

4. Considerando os princípios e entendimentos consolidados nos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e jurisprudência, a busca incessante pela eficiência na administração pública não deve ser prejudicada por excessos de formalismo nos procedimentos licitatórios. Em diversos acórdãos, o Tribunal tem destacado a importância de uma análise equilibrada e proporcional, levando em consideração o atendimento aos princípios da competitividade, isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa.

5. No caso específico da empresa LA DART, é necessário ponderar que a não apresentação das marcas dos produtos na proposta não deve ser avaliada isoladamente como motivo para sua inabilitação, especialmente se a qualidade e especificações dos produtos estão devidamente detalhadas. É crucial considerar o princípio da economicidade e evitar a imposição de formalidades excessivas que possam restringir a participação de empresas idôneas no certame.

6. Cabe ressaltar que o TCU, em diversos acórdãos, tem orientado para a adoção de uma abordagem flexível, em que se privilegie a análise do conteúdo efetivo das propostas, em detrimento de formalidades excessivas que não agreguem valor ao processo licitatório.

7. Sugiro, portanto, que sejam realizadas diligências em benefício da empresa LA DART,

considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a orientação do TCU para evitar o excesso de formalismo nas licitações. Esta abordagem, alinhada com a jurisprudência do Tribunal, contribuirá para a efetividade do processo licitatório, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

8. Concluo, ressaltando que a análise supramencionada é oferecida enquanto sugestão, sujeita a revisão e consideração pelas instâncias competentes.

5.2. Quanto a realização de diligência conforme solicitado pela área demandante, não foi necessária, tendo em vista que na apresentação da Contrarrazão a mesma apresentou novas propostas de preços com suas devidas marcas (126347436).

5.3. Posto isso, os autos foram remetidos a área demandante por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (127215121) para análise das propostas de preços com as devidas marcas, que se manifestou através do Despacho NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR (127416361) abaixo transcrito:

1. Em atenção ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (SEI nº 124417332), o qual solicita análise quanto a forma e conteúdo de suas propostas de preços e dos atestados técnicos, conforme o disposto no Edital e no Termo de Referência, concernente ao **Pregão Eletrônico nº 005/2023 – DECOMP/DA**, na modalidade de Registro de Preços, cujo objeto é a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos, fazemos os apontamentos abaixo:

2. Após a análise das novas propostas de preços (126347436) após a apresentação das marcas da empresa **La Dart Indústria e Comércio Ltda - (Lotes 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26 e 27 - páginas 01 a 47) - (124407744)**, constatamos que as mesmas encontram-se em condições de serem julgadas vencedoras do certame, pois a empresa apresentou propostas com qualidade e preços satisfatórios, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

3. Concluímos, em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no presente Termo, que as propostas apresentadas são satisfatórias para

5.4. A área demandante analisou o recurso feito pela empresa recorrente e após nova análise recolheu que os produtos ofertados pela empresa recorrida atende as exigências, uma vez que foram sanados e justificados na contrarrazão apresentada pela Recorrida, mantendo classificada sua proposta, conforme exigências do edital e seus anexos, pois com a reanálise pela área demandante e técnica, ficou claro que os produtos fornecidos pela Recorrida atende as exigências do edital e seus anexos, ou seja, os argumentos do recurso da Recorrente não justificam, reforçando a manutenção da decisão de sua classificação.

5.5. Assim, se a licitante demonstrou o cumprimento de determinada exigência, poderá o ilustre pregoeiro sanar tais erros ou falhas das propostas, não se cogitando em inabilitação ou desclassificação da licitante em face de meras irregularidades, que em nada comprometem a segurança e idoneidade da proposta ou dos documentos apresentados.

5.6. Essa concepção restou cristalizada no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP em seu art. 78, inciso V, que dispõe:

V - realizar diligências, observados os critérios de conveniência e oportunidade, destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações prestadas pelo licitante, constantes de sua proposta e de eventuais documentos a ela anexados, determinando a correção de eventuais erros formais, se for o caso;

5.7. Marçal Justen Filho em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000. p. 79, defende o mesmo entendimento, asseverando que:

"Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

5.8. Vale destacar que a Administração prezou pelo zelo administrativo, prevalecendo o interesse público, concedendo oportunidade para as recorrentes e recorridas, tornando o processo cristalino com respeito as normas de regência.

6. CONCLUSÃO

6.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa RVA Brasília Construções LTDA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, mantendo inalterada a decisão que declarou a licitante vencedora do certame, conforme documento (126347985).

6.2. Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente.

Atenciosamente,

Juscelino Ferreira da Silva

-Pregoeiro-



Documento assinado eletronicamente por **JUSCELINO FERREIRA DA SILVA - Matr.0972768-X, Pregoeiro(a)**, em 22/11/2023, às 08:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **126967393** código CRC= **6698F1E9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00021175/2022-34

Doc. SEI/GDF 126967393

Parecer SEI-GDF n.º 616/2023 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS

Processo nº00112-00021175/2022-34

Interessado: Presidência

Assunto: Recurso Administrativo – Pregão Eletrônico nº 005/2023– DECOMP/DA (120518465)

Ementa: Análise jurídico-formal do recurso apresentado em face da declaração de vencedora do Pregão Eletrônico nº 005/2023– DECOMP/DA (120518465), cujo objeto é o Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil. Recurso em face da habilitação da recorrida. Não especificação de marca. Isonomia mantida. Manutenção da decisão do Pregoeiro.

Senhora Chefe Substituta do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica,

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta formulada pela Presidência, pelo Despacho — NOVACAP/PRES (127553461), segundo o qual:

Trata-se do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **Recorrente RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA** (25890633), no **Pregão Eletrônico nº 005/2023**, cujo objeto é o Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Aberto o prazo de contrarrazões, a empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (126347436) contrarrazou o recurso ora apresentado.

Na sequência, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 137/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126967393), sugeriu o seguinte:

"(...)

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, **concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa RVA Brasília Construções LTDA e, no mérito, sugerimos que lhe seja NEGADO PROVIMENTO**, mantendo inalterada a decisão que declarou a licitante vencedora do certame, conforme documento (126347985).

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente."

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (127445035), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 25, XI do Estatuto Social da NOVACAP, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório citado e, ainda, do recurso interposto pela empresa referenciada.

2. O certame foi realizado sob os termos do Pregão Eletrônico nº005/2023– DECOMP/DA (120518465) que tem por objeto o Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.
3. Conforme demonstrado no Relatório Nº 134/2023 — NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126101334) a empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA foi declarada vencedora nos lotes 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27 e 28 do certame em apreço e, em face da aludida habilitação, a empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA interpôs Recurso Administrativo (125890633) para os lotes 12, 17 a 20, 22, 23 e 25 a 27.
4. Em suma, a recorrente alega que a recorrida alterou a sua proposta em relação à marca do produto descrito no item 1 na fase de habilitação da empresa e que, com isso, deveria a empresa LA DART ser desclassificada por não cumprir os ditames editalícios.
5. A recorrente apresentou contrarrazões (126347436) pugnando que seja negado provimento ao pedido e apresentado as planilhas saneadas.
6. Por meio do Relatório Nº 137/2023 — NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126967393) o Pregoeiro sugeriu que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso, permanecendo inalterada a decisão que declarou a licitante vencedora do certame.
7. É o relatório.

2. ANÁLISE

8. A presente análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.
9. Ainda, esta análise se incumbe às disposições da Lei nº 13.303, de 2016, que é o novo marco legal obrigatório a todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e cuja aplicação afasta as normas e disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que somente poderá ser adotada nas exceções previstas na citada Lei que instituiu o novo estatuto jurídico de licitações e contratos administrativos.
10. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP é o instrumento jurídico que esta Administração deverá observar nos seus procedimentos de licitações e contratos, regido pela Lei nº 13.303, de 2016, pela Lei nº 10.520, de 2002, pela Lei Distrital nº 4.770, de 2002, e pelos Decretos nºs 23.460/2002, 32.566/2010, 39.103/2018, 38.365/17, e demais normas aplicáveis.
11. Prosseguindo na análise, destaca-se que na sistemática instituída pela Lei 13.303/2016, o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade.
12. Acerca da competência para julgamento do recurso, destaca-se o posicionamento dos autores Jessé Torres Pereira Júnior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto e Rafael Maffini:

“Caberá ao regulamento interno da empresa estatal indicar a autoridade competente para o julgamento do recurso administrativo, o modo e a forma como deve ser encaminhado a essa autoridade, o prazo para interposição de recurso conforme estabelecido no art. 59 da Lei nº 13.303/16, o termo inicial desse prazo e as consequências da não interposição.”
13. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP institui, em seu art. 123, que a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão objeto do recurso, ou decidindo manter a decisão, encaminhará o processo à autoridade superior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as razões do recurso, contrarrazões, descrição dos atos praticados e os argumentos técnicos ou jurídicos que desconstituem os argumentos lançados, apresentado, também, proposta de decisão.
14. A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.
15. As normas do edital ditam as regras do certame e a sua inobservância fere o princípio da vinculação do instrumento, corolário do princípio da legalidade. Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração Pública a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica.
16. Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, convém mencionar o ensinamento de Maria Sílvia Zanella Di Pietro:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão

considerados inabitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

17. Do mesmo modo, eis a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

18. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios da Licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

19. Depreende-se dos autos, conforme descrito no relatório do presente parecer, que a empresa RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA interpôs recurso administrativo contra a decisão que declarou vencedora a empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

20. Verifica-se que o recurso administrativo ora em discussão foi apresentado tempestivamente, até a data limite de 30/10/2023, prazo de 03 dias úteis contados a partir do aviso de vencedor.

21. Contra o referido recursos foi apresentada tempestivamente as contrarrazões pela empresa LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (126347436).

22. Nesse contexto, sob o aspecto formal, verifica-se a regularidade e tempestividade do recurso apresentado, preenchendo as condições de admissibilidade, apto então para análise e julgamento da autoridade competente.

23. Diante disso, passa-se à análise das objeções apresentadas pela empresa recorrente.

24. Verifica-se que a recorrente aponta defeitos na proposta da vencedora que, segundo ela, ensejaria a imediata desclassificação. Para tanto, narra os seguintes fatos:

Ocorre que, a empresa LA DART IND E COM EIRELI - EPP descumpriu o regramento editalício, posto que alterou a sua proposta (marca do item) na fase de habilitação da empresa, e, conforme os parâmetros de julgamento estão definidos no artigo 59, I, II, e V, da NLLC/21. Vejamos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

A desclassificação é um ato administrativo que declaratório e vinculado, eis que reconhece um defeito preexistente, e constitutivo, porque produz a eliminação da proposta. Os defeitos da proposta que acarretam a desclassificação consistem na ausência de preenchimento de requisitos exigidos na lei ou no edital.

Os defeitos de uma proposta podem ser classificados em formais e substanciais. Formais são os defeitos relacionados aos requisitos de exteriorização da proposta. E substanciais aqueles pertinentes aos requisitos de conteúdo da proposta.

Em razão da apresentação de uma marca na oportunidade do cadastramento de sua proposta e participação na fase de lances, e, posteriormente, modificação da marca, esse erro reflete no conteúdo da proposta, tornando-a **absolutamente defeituosa**.

25. Por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR (126767192) a equipe técnica da Diretoria de Edificações consignou o seguinte:

[...]

5. No caso específico da empresa LA DART, é necessário ponderar que a não apresentação das marcas dos produtos na proposta não deve ser avaliada isoladamente como motivo para sua inabilitação, especialmente se a qualidade e especificações dos produtos estão devidamente detalhadas. É crucial considerar o princípio da economicidade e evitar a imposição de formalidades excessivas que possam restringir a participação de empresas idôneas no certame.

[...]

7. Sugiro, portanto, que sejam realizadas diligências em benefício da empresa LA DART, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a orientação do TCU para evitar o excesso de formalismo nas licitações. Esta abordagem, alinhada com a jurisprudência do Tribunal, contribuirá para a efetividade do processo licitatório, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

26. No Relatório Nº 137/2023— NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126967393) ficou consignado que não foi necessário realizar diligência, uma vez que a recorrida, em suas contrarrazões, apresentou as propostas de preços com as especificações das marcas.

27. O Departamento de Compras analisou as propostas e constatou que se encontram em condições de serem julgadas vencedoras do certame.

28. Assim, o Pregoeiro sugeriu que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso apresentado, mantendo inalterada a decisão que declarou vencedora a recorrida vencedora do certame.

29. Considerando que a equipe técnica, bem como o Pregoeiro, informam que a recorrida não apresentou marca em seu conteúdo da proposta, verifica-se o que dispõe os itens 5.7 e 6.17 e seguintes do Edital pregão Eletrônico nº005/20223 - DECOMP/DA (110414925):

5.7. A (s) empresa (s) arrematante (s) deverá (ão) anexar na plataforma do Banco do Brasil – “Licitações-e”, conforme item 6 do Manual do Fornecedor em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da sessão, a proposta e seus anexos adequada ao seu último lance, contendo:

c) A LICITANTE deverá apresentar a descrição detalhada do objeto, de forma clara e específica, descrevendo suas características, a especificação de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem a qualidade dos materiais e equipamentos, bem como os preços unitários e total, detalhados em planilha, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.

[...]

6.17. Será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.

6.17.1 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta. (Art. 38 Dec. 10.024/2019).

6.17.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

6.17.3 **Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência**, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. (Grifo aditado)

30. Dessa forma, torna-se evidente a previsão editalícia sobre a possibilidade de realização de diligência para sanear a proposta da empresa licitante.

31. Ademais, o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre a desclassificação indevida de licitantes em razão da ausência de indicação de marcas em suas propostas. A exemplo disso, observa-se o seguinte trecho do Voto do Relator que corroborou no Acórdão 3381/2013:

[...]

5. Quanto à desclassificação compulsória de diversas ofertas, com valores expressivamente mais vantajosos, em razão de que as licitantes não fizeram constar, em suas propostas, a marca/modelo, a garantia ou o prazo de entrega dos equipamentos oferecidos, manifesto minha concordância com a unidade técnica no sentido de que se trata de medida de excessivo formalismo e rigor, que foi determinante para que certos itens fossem adjudicados por valores acima do preço de referência, conforme se verá adiante.

6. Isso porque, apesar de o edital conter disposição no sentido de que cumpria ao licitante preencher adequadamente o campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, sob pena de desclassificação, e que o art. 41 da Lei nº 8.666/1993 fixa que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, não poderia o gestor interpretar os mencionados dispositivos de maneira tão estreita.

7. Na verdade, as citadas disposições devem ser entendidas como prerrogativas do poder público, que deverão ser exercidas mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles, o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

8. No caso, portanto, caberia ao pregoeiro utilizar-se, zelosamente, da possibilidade de encaminhar diligência às licitantes (art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993), a fim de suprir as lacunas quanto às informações dos equipamentos ofertados, medida simples que poderia ter oportunizado a obtenção de proposta mais vantajosa.

[...]

32. Nesse sentido, a desclassificação da recorrida pela não apresentação da marca em suas propostas, configuraria excesso de formalismo e rigor por parte da Administração, afastando, por exemplo, o princípio da razoabilidade e a consequente obtenção de proposta mais vantajosa.

3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão do Senhor Pregoeiro não merece reforma, sugerindo-se que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto, conforme razões expostas acima.

É o parecer.

ADA RAQUEL LOBATO DO VALLE

Assessor da Diretoria Jurídica - NOVACAP

OAB/DF nº 69.612

De acordo. Com amparo nos documentos acostados aos autos e na análise jurídica apresentada, manifesto-me favoravelmente à conclusão emanada do Parecer SEI-GDF n.º 616/2023 NOVACAP/PRES/DECONS.

Ao Senhor Diretor Jurídico, para conhecimento.

ALINE PINHEIRO MACÊDO COUTO

Chefe Substituta do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica

DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 36.453



Documento assinado eletronicamente por **ADA RAQUEL LOBATO DO VALLE - Matr.0973534-8, Assessor(a)**, em 04/12/2023, às 17:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE PINHEIRO MACEDO COUTO - Matr.0973387-6, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 04/12/2023, às 17:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **128020904** código CRC= **77833C9B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

Despacho— NOVACAP/PRES

Brasília, 05 de dezembro de 2023.

À Diretoria Administrativa,
Com vistas ao Departamento de Compras - DECOMP.

Assunto: Análise de Recurso.

1. Trata-se do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **Recorrente RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA**(125890633), no **Pregão Eletrônico nº 005/2023**, cujo objeto é o Registro de preços visando eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais diversos empregados na construção civil, a serem utilizados na execução de obras e serviços realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
2. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 137/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126967393), sugeriu o seguinte:

"(...)

Respalando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa RVA Brasília Construções LTDA e, no mérito, sugerimos que lhe seja NEGADO PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão que declarou a licitante vencedora do certame, conforme documento (126347985).

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizado da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente."

3. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (127445035), para decisão acerca do recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
4. Na sequência, o **Relatório nº 137/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (126967393)** e o Recurso administrativo apresentado pela empresa Recorrente RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA (125890633), foram submetidos à análise da Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (127553461), a qual, mediante o **Parecer SEI-GDF n.º 616/2023 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (128020904)**, aprovado pelo Diretor Jurídico, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES/DJ (128422511), concluiu o seguinte:

"(...)

3. Conclusão

Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão do Senhor Pregoeiro não merece reforma, sugerindo-se que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto, conforme

razões expostas acima.

É o parecer.

5. Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (128422511, 128020904), e pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do **Relatório nº 137/2023 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 126967393**) e **DECIDO NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **RVA BRASÍLIA CONSTRUÇÕES LTDA**. Acolho a decisão que declarou a Recorrida LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (126347985) vencedora do certame.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 05/12/2023, às 15:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **128475609** código CRC= **E3CEEBOB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3403-2310
Sítio - www.novacap.df.gov.br